

# Encontro dos servidores federais define novos rumos do Sindsep-MT

**S**etenta delegados dos 28 órgãos federais de Mato Grosso estiveram reunidos no feriado prolongado do início de novembro (2,3 e 4) para a 10ª plenária e o 7º congresso do Sindsep-MT (Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso). Na ocasião, foram definidos os novos planos de lutas, a reformulação do Estatuto, entre outros. No primeiro dia do encontro (dois), a aprovação da prestação de contas da nova diretoria foi a sinalização da satisfação dos sindicalistas nessa nova fase da instituição.

Foram 69 votos favoráveis e uma abstenção na concessão do aval às contas dos novos dirigentes. Há cinco meses no comando, o presidente Carlos Alberto de Almeida,



Aprovação da prestação de contas

assumiu o posto após lutas judiciais que destituíram os antigos dirigentes e denegriam imagem da instituição. Por esse motivo, Carlos avaliou a conquista como um pontapé inicial para a reestruturação do Sindsep-MT.

O evento ocorreu no auditório da Estância 3J Hotel Fazenda, em Canguas, distrito de Poconé. O segundo dia foi marcado pela discussão da atual conjuntura que abordou temas sobre a elaboração do Projeto do novo Plano

de Carreira, Cargos e Salários do funcionalismo público federal, o PLP 01/2007, que acresce o artigo 71-A à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que limita os gastos com os servidores públicos que ficariam em 1,5% por 10



Nova diretoria do Sindsep-MT

anos em função do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal.

Também esteve na pauta da discussão o PLP 248/98 que regulamenta a demissão de servidores por "insuficiência de desempenho". A mesa de debates foi composta pelo deputado federal, Valtenir Pereira (PSB), pela representante da CUT-MT, Cristiane Lopes e pelo dirigente da

Condsef de Brasília, Sérgio Ronaldo.

O encerramento ficou por conta da readequação estatutária - em seu texto e sua normativa-, que mesmo entre polêmicas chegou num consenso que agradou a unanimidade. Todavia, apesar do empenho para atingir as metas do congresso, os delegados tiveram momentos de confraternização e se divertiram ao som de música ao vivo em diversos ritmos.

## Valorização do profissional foi amplamente discutida no 7º Congresso

O 7º Congresso do Sindsep-MT foi fomentado por três debatedores que abordaram a atual conjuntura do trabalhador brasileiro e sinalizaram os pontos críticos que afligem sindicalistas e deixa os ânimos acirrados no Congresso Nacional. O deputado federal Valtenir Pereira (PSB), o dirigente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo, e a representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT-MT), Cristiane Lopes, apresentaram vários ângulos sobre o que classificam como desvalorização do servidor.

O primeiro foco do deputado Valtenir, que iniciou as discussões, foi a emenda três e a manutenção do veto presidencial. O parlamentar disse que foi importantíssimo que texto fosse vetado, porque a Câmara e o Senado não conseguiram pará-la. "Não podemos deixar precária a relação de emprego. Com todas as normas, ainda temos trabalhadores em regime de escravidão e ainda têm seus direitos desrespeitados", considerou.

Segundo o deputado, a emenda três, acrescida ao Projeto de Lei n. 6.272/2005, que cria a Receita Federal do Brasil, é mais uma tentativa



Deputado federal, Valtenir Pereira durante o debate

de legalizar fraudes, o que acarretaria em enormes prejuízos à classe trabalhadora. Com essa avaliação, o socialista estendeu as críticas ao projeto para que a contribuição sindical seja facultativa e não obrigatória.

"É uma forma de reduzir as estruturas sindicais, já que hoje todos os trabalhadores são contemplados pelas lutas do sindicato, seja filiado ou não, mas, com a contribuição opcional, só quem é filiado poderá se beneficiar", avaliou.

Sobre o PLP 01, Valtenir disse que o governo tem como "pano de fundo" o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e explicou: "O Brasil produz, produz e não cresce porque o aumento do crescimento fica pelo caminho. O frete de Mato Grosso até o litoral, onde ocorrem as ex-

portações, fica muito caro. O PAC veio para tirar as travas em relação ao desenvolvimento e junto com essa medida veio o PLP 01, o que significa que o servidor não vai poder contar com sua valorização ou com melhoria salarial. Como se a valorização do profissional fosse o grande problema para a não aceleração do crescimento do país".

Em sua ótica, o congressista acredita que o governo federal deveria se preocupar com os processos licitatórios do PAC e ter uma fiscalização efetiva de sua contratação, pois isso implica nos imbróglis para o progresso. "É preciso ter transparência na valorização do dinheiro público".

Para reiterar a análise sobre as contradições do Executivo, o deputado lembrou que recentemente foram aprovados mais de 600 cargos comissionados para o governo federal. "Por um lado o governo não valoriza o servidor de carreira, mas por outro, através dos cargos comissionados, ele aumenta o custo da folha de pagamento".

## Diretor da Condsef diz que o servidor sofre desde a 'Era Collor'

O diretor da Condsef de Brasília, Sérgio Ronaldo, aproveitou o debate para fazer uma análise crítica do governo brasileiro desde o início da década de 90, no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Para Sérgio, a desvalorização do servidor público e do trabalhador em geral acontece desde então.

"A análise de conjuntura é sempre um aprendizado. Desde a era do governo Collor, o funcionalismo público vem sofrendo. Na ocasião, extinguíram empresas, confiscaram as poupanças dos brasileiros que tinham uma economia, demitiram vários funcionários de empresas públicas, que estão até hoje tentando voltar, entre outras coisas. Foram tantos desmandes que o governo Collor deu no que deu", disse o diretor.

Sobre os oito anos do comando do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o dirigente criticou o processo de privatização e lembrou do plano de demissão voluntária dos trabalhadores. "Ao invés disso, o certo seria realizar concurso para resgatar a dignidade do setor público e dos serviços prestados pela população".

Ele ainda completou: "Qualquer advogado sabe o que era o plano de demissão voluntária, os movimentos sindicais fizeram a campanha 'não entra nessa onda'. O país quebrou e não foi por causa do



Sérgio Ronaldo (Condsef) e Cristiane Lopes (CUT-MT)

concurso público. Foram oito anos de congelamento de salário".

Em sua análise sobre o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, Sérgio Ronaldo se mostrou decepcionado, pois atribuiu que Lula conseguiu se eleger por ser uma aposta da categoria de assalariados, mas imediatamente providenciou a Reforma da Previdência Social.

"Chegamos ao governo Lula em 2003, após todos os trabalhadores acreditarem nele como presidente. Contudo, numa só tacada ele empurrou goela abaixo a reforma da previdência, mesmo depois de derrotarmos a proposta duas vezes no governo

FHC. Os processos de negociação entre sindicatos, sociedade civil organizada e governo não tem sido respeitado pelo executivo e há até suspensão da mesa de negociação", disse o dirigente.

Para acrescentar, ele fez uma previsão pessimista para os próximos anos e acredita que o segundo mandato do Lula vai ser mais difícil para os trabalhadores se comparado ao primeiro. O encerramento do congresso ficou por conta da representante da Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso, Cristiane Lopes, que reiterou as pautas de reivindicações num consenso com o Sindsep-MT e a Condsef.



## Os servidores federais deram suas opiniões ao jornal O Compromisso sobre o 7º Congresso e a 10ª Plenária do Sindsep-MT. Eles também aproveitaram o momento para fazer explicações sobre suas categorias.



**Francisco Barbosa dos Santos, AGU**

O congresso e a plenária foram muito bem elaborados. A diretoria está de parabéns. A transparência que vem demonstrando é admirável, de causar inveja. O sucesso da nova administração está na participação dos filiados e na possibilidade de participar de encontros nacionais. Eu fui num encontro em Brasília por conta do Sindsep-MT. Para a AGU a luta está no Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) dos servidores, além do Plano Emergencial que foi encaminhado ao Ministério do Planejamento sobre o reajuste das gratificações.



**Rossevel Motta, INCRA**

Apesar das circunstâncias difíceis que o sindicato passou nos últimos meses, foi surpreendente o sucesso do evento, o que demonstrou que os filiados continuam confiando no Sindsep-MT. Foi um marco na história, porque depois de anos, a nova diretoria tem mostrado o resultado do trabalho e em pouco tempo e teve a capacidade de realizar um congresso com o sucesso, trazendo dezenas de delegados. Para o Incra, é importante reivindicar a reestruturação da máquina administrativa, a readequação PCCS, melhores condições de trabalho e disponibilidade de recursos.



**Zelairdes Rodrigues Leite, aposentada da FUNAI**

Foi muito bom o encontro, porque o grupo está consciente de que o sindicato está transparente, num modelo de gestão participativa, aberta e democrática. Como representante da Secretaria dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep-MT, convido aqueles que não são filiados para participarem da nossa luta. Vamos iniciar nossos trabalhos pedindo para que o departamento de RH de cada órgão colabore com os dados dos servidores. Também estamos organizando um congresso da categoria para o início do ano que vem, para discutir vários assuntos, inclusive tratar da paridade num comparativo com os servidores ativos.



**Izael Santana da Silva, aposentado do Ministério dos Transportes**

O evento foi coroado com êxito devido à tomada de consciência de todos os delegados, convidados e das pessoas que vieram participar como ouvintes. Presenciamos um grande momento da nova direção. Daqui para frente é trabalhar e trazer condições para manter a instituição no andamento de suas ações, cumprindo com as demandas necessárias, além de dar continuidade na luta antiga dos trabalhadores em defesa de todos os seguimentos do sinal. A luta da Secretaria dos Aposentados e Pensionistas é trazer informes dos filiados para dentro da instituição. Com a reforma estatutária, isso dará mais sustentação, contemplando à todos.



**Nedino Cintra Nascimento Maizokiê, FUNAI**

É a primeira vez que aconteceu um congresso muito proveitoso, nem me lembro quando foi o último que participei. Espero que daqui para frente possa, cada vez mais, melhorar o trabalho do sindicato. Foi um evento muito bom, porque deu oportunidade de participação, algo importante para todos. Estou contribuindo e pensava que o sindicato tinha falido, gostei da troca de idéias com a nova direção. Na busca de melhoria para a FUNAI, estou há 14 anos requerendo melhores salários e melhores condições de trabalho. Sou anistiado e aguardo a recolocação.



**Joacira Santana Rodrigues de Almeida, anistiada da Conab**

Foi de grande valia, porque estamos decidindo o novo rumo do sindicato e dos servidores filiados e não filiados, conforme a decisão tomada na votação do Estatuto e do Regimento Eleitoral. Nossa luta continua, porque estamos aguardando – dentro de poucos dias – a avaliação da AGU do SRH, do Ministério do Planejamento, a nota técnica do presidente da AGU para devidas publicações da portaria de retorno. Para a Conab, a principal discussão foi em torno do desconto do salário bruto e a paridade dos descontos em relação aos trabalhadores dos demais órgãos.



**Eliete Domingos Costa, DRT**

Eu vejo que há um trabalho com muita seriedade por parte da nova diretoria. Estão mostrando na prática uma gestão democrática, participativa e séria. Eles não estão aqui para brincar e nem para roubar. Essa seriedade vai refletir na adesão de novos filiados e na confiabilidade dos associados e não associados. Os servidores estão recebendo total apoio na nossa principal bandeira que é o Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), o que inclui suporte para viagens para discutir esse tema e outros.



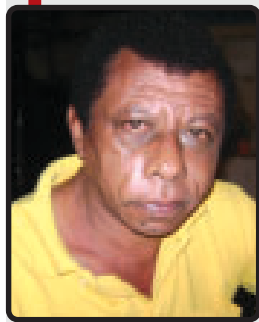
**Jussara Carolina França Zambonini, CONAB**

É a segunda vez que eu participo. A organização melhorou e também as discussões. A tendência é progredir com a transparência que estão demonstrando. Fomos atraídos pela idéia de um sindicato participativo. O apoio proposto não existia antes. Estamos na luta dos anistiados, sou solidária a causa, principalmente porque ocorre discriminação com aqueles que retornaram ao trabalho. É preciso que se interfira junto aos órgãos para pressionar para que haja convocação. Na época não houve critério para a demissão e hoje o preconceito acontece desde o superior. Tem servidor que está paralisado há 15 anos e não conhece a nova metodologia do órgão.



**Ídio Nemézio Barros Neto, FUNASA**

Foi de grande importância a realização do 7º Congresso e da 10ª Plenária do Sindsep-MT pois nesse momento estabelecemos a democracia dentro do sindicato, na busca pela verdade e valorização do servidor público federal. Isso reflete de forma positiva porque sinaliza uma reestruturação e conquista a confiança de seus filiados que se encontram desmotivados pelo desmando da gestão anterior.



**Aderbal Castro Queiroz, 9º BEC**

Foi um evento excelente. Mudamos o Estatuto, teve uma plenária de qualificação, nunca houve uma discussão igual. Além da organização que foi boa. Os temas abordados no congresso tiveram um bom proveito e vai refletir na confiança e na atração de novos filiados, porque as pessoas vão começar a sentir o reflexo dos trabalhos realizados pelo sindicato.



**Paulo César Camargo Ramos, Funasa**

Há muito tempo que os filiados não se reuniam para discutir assuntos do sindicato, foi muito bom. Essas reuniões servem para esclarecer as dúvidas e mostra o compromisso da diretoria com todos os servidores. Observamos o interesse dos dirigentes em propor ações voltadas para a classe trabalhadora e direcionam para novas reivindicações.



**Maria do Carmo Leite da Cunha, UEMT**

O sindicato pode fortalecer a luta da bandeira dos aposentados e pensionistas na questão da paridade. Acho que o congresso foi muito bom, muito proveitoso. Posso dizer que foi um grande evento. O que o sindicato está requerendo vai surtir efeito a partir de agora. O estatuto teve uma mudança total e tudo que vai acontecer daqui por diante teve como início o congresso que foi o pontapé inicial para o novo momento do sindicato.

Alguns de nossos melhores momentos do 7º Congresso e a 10ª Plenária do Sindsep-MT...



Carlos Alberto de Almeida, presidente do Sindsep-MT e o deputado federal Valtenir Pereira



Nossos representantes indígenas ...



Almoço de confraternização dos servidores



Entre um debate e outro ...

## EXPEDIENTE

### Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT  
 Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: **Thais Raeli - DRT 26 645/RJ**

Tel.: (65) 8126-0123 E-mail: [jornalista@gmail.com](mailto:jornalista@gmail.com)

**DIRETORIA EXECUTIVA:** CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA (PRESIDENTE), ROOSEVEL MOTA (VICE – PRESIDENTE), DAMASIO DE SOUZA PEREIRA (1º SECRETÁRIO), LUIZ MAURO EVANGELISTA (2º SECRETÁRIO), EDSON LUIZ DOS SANTOS (1º TESOUREIRO), IDIO NEMÉSIO DE BARROS NETO (2º TESOUREIRO), ADERBAL CASTRO QUEIROZ (1º SEC. ADM), ADELINO FERREIRA CAMPOS (2º SEC. ADM), MAURÍCIO ALVES RATTACASO JÚNIOR (1º SEC. FORM. SIND), IRACY OLIVEIRA FERREIRA (2º SEC. FORM. SIND), JAMIL OURIVES JÚNIOR (1º SEC. JURÍDICO), AMÉLIA ALVES SANTANA (2º SEC. JURÍDICO), IDEVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA (1º SEC. INTERIOR), ADELIO DA SILVA JÚNIOR (2º SEC. INTERIOR), MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES (1º SEC. IMPRENSA), ELIETE DOMINGOS DA COSTA (2º SEC. IMPRENSA), IZABEL SANTANA DA SILVA (1º SEC. APOS. E PENS), ENILDO GOMES (2º SEC. APOS. E PENS.), EDIVAN DA SILVA CAMPOS (1º SEC. ANIST. E DEMIT.), MANOEL ARNALDO DAS CHAGAS (2º SEC. ANIST. E DEMIT.), ROSINA DE ALMEIDA PAIVA (1º SEC. CULTURA), PATRÍCIO FERREIRA ORTIZ (2º SEC. CULTURA); **SUPLENTE PARA DIRETORIA EXECUTIVA:** SEBASTIÃO DE JESUS (1º), SAMUEL FERNANDES DE SOUZA (2º), FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO (3º), MIRTES BENEDITA RONDON (4º), FRED CEBALHO (5º), DONATO FERREIRA DA SILVA (6º); **CONSELHO FISCAL:** VALDEMAR RODRIGUES SILVA (1º), MANOEL JOÃO DA SILVA (2º), JUÁREZ JUSTINO DE BARROS (3º); **SUPLENTE:** JOÃO GALDINO (1º), ARCILIO DE BARROS FILHO (2º), JOSÉ GONZAGA DE FREITAS (3º)

# Funasa é alvo de críticas em evento

As reclamações dos servidores são antigas e se arrastam por décadas

Não é de hoje que a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) é alvo de críticas dos servidores de carreira em relação à falta de estrutura, ao desamparo aos trabalhadores e a nomeação de cargos políticos que tornam a instituição um "cabide de empregos". Os temas voltaram a pauta de discussão durante o 7º Congresso e 10ª Plenária do Sindsep-MT e foram entoados – inicialmente – pelos ex-presidentes do sindicato e funcionários da Funasa, João de Deus e José Nogueira, e tiveram o discurso reiterado pelos demais colegas do órgão.

Um caso ilustrou o pronunciamento de Nogueira, ao denunciar a falta de informação sobre os funcionários do quadro e os funcionários falecidos. Ele lembrou da luta da família de Neuzito Eduardo de Almeida, falecido em março de 2003, que até hoje não sabe nada sobre os possíveis direitos que seus filhos possam ter para reaver em algum órgão ou Ministério. Neuzito saiu da Funasa nos anos 90, porém teria atuado na campanha de saúde pública desde a época da Superintendência de Campanhas de Saúde (Sucam), mas o setor de Recursos Humanos da Funasa não tem informações dele como pertencente ao grupo de trabalho.

Além desse caso, considera-se grave pelos sindicalistas da Fu-



José Nogueira, ex-presidente do Sindsep-MT e servidor da Funasa

nasa, o grupo – num discurso unificado – enumerou as reivindicações. Entre os pontos críticos estão o não uso, a insuficiência ou a utilização inadequada dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e o não pagamento de auxílio transporte aos servidores descentralizados.

Contudo, no decorrer do evento, o desafogo do servidor Jaime Almeida da Silva emocionou a platéia e foi o momento mais marcante entre as pontuações dos servidores da Funasa. Ele lembrou dos mais de 20 anos de dedicação e de problemas de saúde decorrentes do uso dos inseticidas pelos agentes de saúde, bem como os agravos oriundos do contato direto com as substâncias tóxicas do fumacê.

Jaime disparou críticas à Funasa, por não ter um trabalho preventivo pela saúde de seus servidores, o que resulta num grande número de afastamento do quadro de ativos. Na mesma linha de pensamento em defesa da categoria, Nogueira havia iniciado as explanações reclamando de que os agentes de saúde contratados pelos municípios não recebem mais do que R\$ 380.

Também na defesa dos agentes de saúde, o deputado Valtenir Pereira (PSB), que marcou presença no evento, informou sobre a Portaria do Ministério da Saúde publicada no dia 24 de julho deste ano que aumentou o repasse da verba destinada ao Programa de Agentes Comunitários para R\$ 532, mas que ainda assim muitos municípios não cumprem.

João de Deus ainda acrescentou que a Funasa vive um momento crucial porque descentralizou as ações e abandonou o servidor. "Um dos maiores problemas é a saúde do trabalhador, pois um grande número precisa de atendimento médico para desintoxicação por causa de anos em contato direto com inseticidas e a Funasa não prioriza essa questão. Isso se arrasta por mais de 30 anos. Não



João de Deus, ex-presidente do Sindsep-MT e servidor da Funasa

há programa preventivo para a saúde do trabalhador".

Num tom de desabafo, ele se mostrou preocupado com outra questão: "A maior prioridade da Funasa tem sido o loteamento através de cargos políticos". João comentou ainda que dos 1.010 servidores de Mato Grosso, cerca de 500 estão diretamente na gestão municipal e sofrem perseguição política. Para combater a corrupção na fundação, os servidores voltaram a reiterar o pleito pela realização de concurso público e o fim a prática de nomeação e nepotismo.

Todavia, a Funasa não esteve sozinha no alvo dos disparos, o agente de saúde Jaime estendeu as reclamações aos colegas que "não fazem o dever de casa". Segundo o servidor, alguns companheiros deixam depósito de lixo nos quintais e não estão se precavendo contra a dengue, o que faria com que anos carregando o peso da bomba costal se tornasse em vão.

Os delegados que representavam a Funasa pontuaram uma extensa pauta em relação às melhorias das condições de trabalho, mas esperam de imediato uma resposta por parte da pasta, para requerer uma ampliação do atendimento básico de saúde, de forma que haja prevenção e não aconteça o abandono depois de detectarem o problema de saúde do trabalhador.

## DESTAQUE

### Participação

O servidor da Funasa, Joaquim Ademir, o Jacaré, sugeriu que no jornal **O Compromisso** fosse criado um espaço para que os companheiros do sindicato pudessem dar seus recados de aniversários, casamentos ...

### Participação II

Ele deu à coluna o nome de **Destaque** e sua sugestão foi acatada pela equipe de Comunicação. Jacaré teve como idéia propor a interação com o leitor, tendo em vista que ele está longe da capital, trabalhando em Carlinda.

### MP

A Medida Provisória 386/07 reabre o prazo para que os servidores Funasa lotados no quadro de pessoal do Ministério da Saúde possam optar pelo ingresso na carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho sem perdas de rendimentos.

### Prazo

Os interessados devem assinar o termo de opção até 31 de dezembro de 2007. O objetivo é adequar a situação funcional desses servidores à Lei 11355/06, que reestruturou os PCCS. A opção deverá ser feita pelos servidores ativos, aposentados e pensionistas, os quais passarão a ter direito aos efeitos financeiros a partir do dia primeiro do mês seguinte ao da assinatura do termo de opção.

### Palavra

O deputado Valtenir Pereira (PSB) firmou compromisso com os anistiados e já mostrou que suas palavras não são para o vento levar. Na semana seguinte ao 7º Congresso, ele concedeu à Joacira Santana Rodrigues de Almeida, anistiada da Conab, as passagens aéreas para Brasília para participar de mais uma discussão da categoria.

### Palavra II

A sindicalista, que representa a categoria em Mato Grosso, chegou na quarta-feira (7) na Capital do Brasil e foi recebida pelo parlamentar em seu gabinete.

### Encontro

A Secretaria dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep-MT está organizando para início do ano que vem um encontro entre os servidores federais inativos. A intenção do sindicato é atrair mais filiados e fortalecer a luta da categoria.

### Sugestão

Os leitores que quiserem participar da coluna com sugestão de pauta ou recados para os colegas podem escrever para [sindsepmt@gmail.com](mailto:sindsepmt@gmail.com). Sua participação é muito importante para nós.

### Problemas locais

O presidente do bairro Cidade Alta, em Cuiabá, Paulo César Ramos disse ao jornal **O Compromisso** que está em busca de melhoria para os moradores do bairro. Entre suas ponderações, ele citou que há oito meses luta pela reforma do mini-estádio, que se encontra com as estruturas precárias.

### Problemas locais II

Paulo César ainda requer uma área para esporte e cultura e sugere a desapropriação do terreno da antiga Enco. O bairro Cidade Alta tem em torno de 12,5 mil moradores e 3,5 mil jovens que precisam de um espaço para lazer.

### Líder do PT

O Sindsep-MT quer registrar o pesar pelo falecimento do presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) de Sinop Carlos Scholtão (54), falecido na tarde de sexta-feira (02). Ele passou mal durante um almoço de encontro dos petistas e chegou a ser socorrido, mas morreu vítima de infarto fulminante.

## Servidores rechaçaram comentário de Dilma

Os servidores presentes no encontro do Sindsep-MT, que foi realizado no feriado prolongado do início de novembro, aproveitaram a ocasião para rechaçar o comentário feito pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, de que a Fundação Nacional de Saúde não dá conta de suas ações. "A Funasa não faz nem ao lado da casa dela, vai fazer aqui?", disse a ministra, em recente visita a um posto de fronteira do Exército, na Amazônia. A indagação foi um complemento à fala do governador do Amazonas, Eduardo Braga (PMDB), criticando a inoperância da fundação.

Em meio ao Congresso, os delegados presentes aprovaram uma Moção de Repúdio contra a Ministra, com a justificativa de que os comentários não só ofendem os servidores que atuam no

órgão, como mascaram os verdadeiros problemas da Funasa, apontada como uma das principais Pastas que servem de moeda de troca do governo Lula.

Os delegados da Funasa registraram que muitos cargos de direção acabam sendo usados para enlaçar arcos políticos que, na maioria das vezes, nada entendem de saúde pública, o que piora na falta de investimento no órgão e na desvalorização dos servidores que lutam por reajuste salarial, condições de trabalho e um plano de carreira digno.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef) compartilha das reclamações dos servidores presentes no Congresso, bem como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e tiveram os questionamentos avalizados pelos seus respectivos representantes, Sér-

gio Ronaldo e Cristiane Lopes.

As recentes denúncias de corrupção envolvendo a Funasa vêm dando força a uma corrente do governo que defende a extinção do órgão. Para a Condsef, é hora dos servidores ficarem atentos e mobilizados. "Precisamos cobrar políticas que resolvam de fato os problemas que prejudicam a boa atuação da Funasa e não seu extermínio puro e simples", disse Sérgio Ronaldo da Silva, diretor da Condsef e servidor lotado no órgão.

**Comunidades Indígenas** - Sobre as comunidades indígenas, os servidores afirmam que não há estrutura mínima para o atendimento à saúde indígena diferenciada, garantida pela lei de 1999, e responsabilizam a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) pelo tratamento caótico e deficiente.

## Decreto sobre indenização de campo é publicado, mas não resolve tudo

O Governo Federal finalmente publicou na segunda-feira (19) de novembro, o Decreto nº 6.258/07, que altera o valor da indenização de campo para os servidores da Funasa (Fundação Nacional de Saúde). Desde 2002, a categoria recebe essas indenizações no valor de R\$ 26,85 (vinte e seis reais e oitenta e cinco centavos), mas o Decreto 5.992/06 mantinha os R\$ 17,46 (dezessete reais e quarenta e seis centavos), recebidos anteriormente.

A publicação no Diário Oficial da União (DOU) serve para atualizar esses valores e evita que órgãos reguladores questionem e solicitem aos ser-

vidores a devolução de algo que já foi conquistado. O decreto, entretanto, não resolve a situação daqueles que trabalham em zona urbana.

Sobre a situação, o governo informou que há um grupo de trabalho envolvido no caso para encontrar saídas para este problema. Uma gratificação específica estaria em fase de estudos para o setor, mas um projeto só deve ser apresentado formalmente em março de 2008. Neste período, devem ser fechados os detalhes que são trabalhados na proposta para os servidores da Seguridade Social (Previdência, Saúde e Trabalho).

Uma reivindicação também tramita e trata da criação de uma gratificação de Controle de Endemias em substituição à indenização de campo. Para os servidores que desenvolvem ações de controle e combate de endemias esse seria um importante passo rumo à valorização da categoria.

Apesar de considerar que alguns avanços foram conquistados, ainda há muito a ser feito. Os obstáculos continuam e vão exigir esforço para que a categoria consiga garantir o atendimento de suas demandas.

(Fonte: Condsef/CUT)



### CPMF e PLP 01

Ao negociar a aprovação da CPMF na CCJ do Senado, dia 13.11, o governo se comprometeu a impor o PLP 01 (congelamento salarial) com um novo limite: inflação mais 2,5% da folha do ano anterior. Além desse valor não cobrir nem o crescimento vegetativo, o acordo rompe toda a negociação contra o congelamento, aberta pela Marcha da CUT, de 15 de agosto. **Fonte: EG 262**

### FCPE x DAS

O governo vai encaminhar medida provisória para criar a Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE), ocupada exclusivamente por servidores de efetivos. A FCPE reduz em 80% o número de DAS nos órgãos onde será implantada: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Advocacia-Geral da União, Controladoria Geral da União, Ministério do Planejamento, Receita Federal e Secretaria do Tesouro Nacional. **Fonte: EG 262**

### VITÓRIA DE TODOS OS SERVIDORES

Os servidores do Banco Central, como os de outros órgãos, não se dobraram à vontade do governo de impor um "acordo" com o desconto de parte dos dias de greve. Após muita luta e negociação, foi o governo que cedeu e os servidores já receberam na folha de outubro o pagamento de sete dias que haviam sido descontados. É uma demonstração clara e inequívoca de que, apesar das especificidades de cada categoria, a luta é geral. Outros embates virão. Mais uma vez, será a unidade da categoria o elemento essencial para os servidores avançarem em suas reivindicações. **Fonte: EG 262**

### Sem resposta

Os questionamentos dos servidores da Funasa apresentados nessa edição do jornal **O Compromisso** foram levados ao órgão em Brasília, através de sua Assessoria de Comunicação. No entanto, até o fechamento da edição, a Funasa não se manifestou sobre as críticas, inclusive sobre o caso do servidor de Neuzito Eduardo de Almeida.

# Dnit e Sindsep-MT: Unidos na busca de melhorias

*Servidores e sindicalistas estão no pleito pela reestruturação do órgão*

A constante luta para a melhoria das condições do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) está em alta nas discussões do Congresso Nacional e tem como prazo limite o final deste ano para a chegada de um consenso entre trabalhadores e Executivo. Caso contrário, a categoria pretende retomar as paralisações. Em apoio aos servidores, o Sindsep-MT concede o aval pela realização de concurso público e no Plano de Cargo, Carreira e Salários (PCCS) e em outras pautas pertinentes. O sindicato, através de um representante de Brasília, está presente na mesa de negociações com o Governo Federal e em Mato Grosso a instituição já financiou a ida à Capital do Brasil do funcionário Wallace Sousa Circuncisão para participar de uma reunião sobre às reivindicações da Pasta.

O respaldo durante as paralisações também é constante por parte de Sindsep-MT. Recentemente, servidores de Mato Grosso aderiram à mobilização nacional e suspenderam os trabalhos de 25 à 30 de outubro. O grupo não fez muito barulho, mas deixou claro que tem uma grande capacidade de união. Dos 23 órgãos espalhados pelo país, 18 se manifestaram e mais a sede em Brasília.

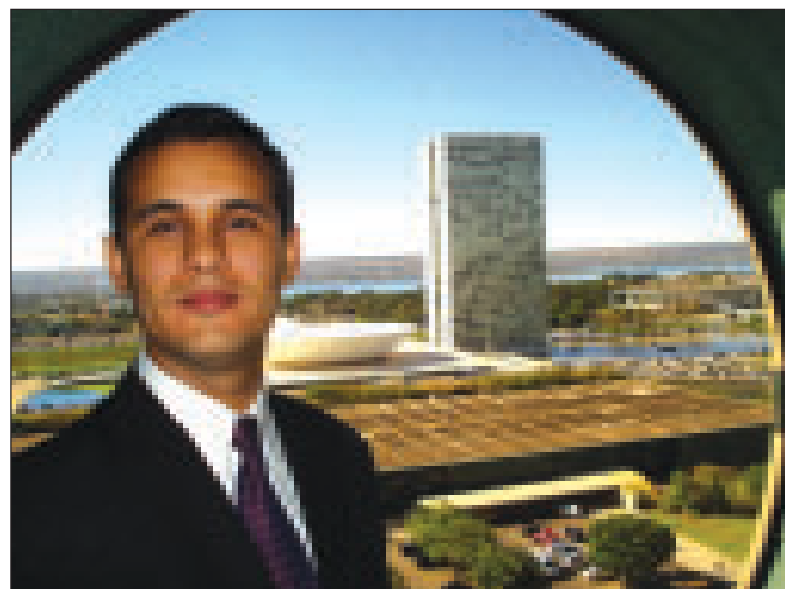
Desde o início de outubro deste ano, os trabalhadores de Mato Grosso organizaram uma "Comissão Nacional de Servidores do Dnit", com cerca de 20 membros, para pontuar - junto ao Ministério do Planejamento - a reestruturação do Dnit, bem como reivindicar a regulamentação das competências do órgão desde que deixou de ser o Departamento Nacional de Estradas

## STF deixa confusas as interpretações sobre os direitos dos servidores

Um acordo da categoria com o Executivo fez com que ao menos até o final do ano não haja mais nenhuma paralisação. Outro impasse é que o grupo esbarra na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 25 de outubro, que estendeu aos trabalhadores do setor público a aplicação da lei 7.783, de 1989, que regulamenta a greve para o setor privado. Dentre as tantas dissonâncias sobre o tema, o que mais aflige os servidores públicos é a suspensão do pagamento dos trabalhadores grevistas. Normalmente, afirma-se que o servidor - mesmo em greve - recebe sem trabalhar.

Contudo, sob a ótica dos sindicalistas cabe ter claro que cada paralisação tem regras próprias de compensação dos dias parados ou desconto destes, definidos em cada uma das esferas e poderes. Ademais, dependendo do setor em que a greve ocorre faz-se necessária a presença dos grevistas no local de trabalho.

No setor saúde por exemplo, é preciso redobrar a atenção durante o movimento grevista visando a manutenção do atendimento de emergência. Sendo assim os grevistas permanecem fazendo a triagem destas demandas, além disso é preciso manter o atendimento aos pacientes já internados (banhos, alimentação, curativos, exames etc.) que não podem ser interrompidos, portanto com ou sem regulamentação do STF esse atendimento já é garantido. Esses fatores devem ser levados em conta na negociação dos dias parados em futuras conversas da categoria com o Executivo Nacional.



Ellinton Oliveira de Sousa, servidor da Funasa

de Rodagem (Dner), em 2002.

A expectativa das negociações não anima os servidores, já que mesmo depois de duas paralisações durante 2007 e várias reuniões, eles ainda terão que apresentar ao governo duas propostas intermediárias para conseguir investimento no órgão e melhoria do PCCS. Segundo o servidor Ellinton Oliveira de Sousa, representante da comissão de Mato Grosso, o órgão está sucateado desde a época do Dner e com as mudanças mais responsabilidades foram acrescentadas sem que fosse recomposto número do quadro de funcionários.

Em Mato Grosso, são 76 funcionários concursados, além dos pres-

tadores de serviços. Os salários da equipe efetiva variam de cerca de R\$ 1,4 mil (técnicos) e R\$ 3 mil (engenheiros). A estimativa de defasagem é de ao menos 15 engenheiros. O grupo não intitula o movimento dos servidores como greve e prefere que seja visto como uma "sinalização" para uma conversa amigável.

Os profissionais se baseiam numa prévia negociação com o Governo Federal em 2005, sob a lei 11.171/05, quando ficaram estabelecidos novos cargos, melhorias no PCCS e nas condições de trabalho. A Pasta tem previsto para 2007 um orçamento de ao menos R\$ 13 bilhões referente a investimentos de âmbito federal.

## As lutas do Sindsep-MT são fortalecidas em encontro regional

Os delegados que estiveram no 10º Congresso reiteraram, no segundo dia de reunião, as bandeiras de luta que são abraçadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindsep-MT). O grupo verticalizou pautas que visam a busca pela igualdade e hegemonia das classes menos favorecidas da sociedade. Entre os temas estão: a busca pela valorização do servidor público federal, a institucionalização da negociação coletiva no setor público e a política salarial, visando a data base para o reajuste dos servidores públicos federais com reposição automática e integral da inflação com ganho real.

Na busca dos servidores de todo o Brasil, está a recuperação salarial de todas as perdas desde 1995, conforme índice do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos (Dieese) e correção das distorções salariais, assunto pontuado entre os representantes. Entre as defesas dos servidores, estão incluídas as reivindicações da previdência pública, restabelecendo a solidariedade entre gerações, bem como a revogação das contra-reformas da previdência (EC 20, 41 e 47). Foram ao todo cinquenta assuntos que povoarão as lutas do sindicato (veja a tabela completa).

Além das bandeiras, fatos da conjuntura política do Brasil foram discutidos e não foi registrado nenhum pedido de moções de aplausos, mas, os de-

legados acolheram por outras moções indicadas no encontro. Outro tema importante foi a definição dos participantes da "Marcha da Condsef", que acontecerá em cinco de dezembro.

Entre as aprovações, uma moção de repúdio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que em depoimento recente, afirmou que greve acima de 90 dias não é greve e significa férias. Para os delegados, num consenso com a CUT-MT e a Condsef, é lamentável que afirmações desse porte venham justamente de quem sempre organizou esse tipo de manifestação e evidentemente sempre trilhou por este caminho. Por isso, os delegados presentes rechaçaram tal declaração da maior autoridade do país e consideraram que só contribui para jogar a sociedade contra os servidores e serviços públicos.

Outra moção de repúdio foi destinada à Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que em depoimento afirmou que a Funasa não vem fazendo o dever de casa. Neste sentido, o grupo reprovou tal declaração da ministra porque classificou que só contribui para jogar a sociedade contra os servidores desse órgão e aos serviços públicos prestados.

A terceira moção de repúdio colocada pelos presentes tem como foco a atitude do prefeito de Nova Marilândia (MT) e presidente da As-

sociação Mato-grossense de Municípios, José Aparecido dos Santos, o Cidinho, que estaria usando sua influência contra o servidor Edivan da Silva Campos (Funasa) de forma a manipular o Conselho Municipal de Saúde, apontando-lhe acusações sem

garantir a defesa, cerceando seus direitos e causando prejuízos ao serviço público e aos cidadãos marilândenses.

Em relação à alteração estatutária, o último ponto de pauta, o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alber-

to de Almeida, propôs a formação de três grupos, para preparar a minuta do estatuto a ser submetido aos delegados, tomando como base o texto até então vigente, para ser submetido à votação em plenário, no dia seguinte, depois de sua sistematização.

## Veja as bandeiras que o Sindsep-MT defende

- Reconquista dos direitos retirados pela "Reforma" Administrativa
- Salário mínimo do Dieese como piso da categoria
- Planos de Cargos e Salários, incorporando todas as gratificações e abonos;
- Valorização por capacitação (graduação, pós-graduação) nos planos de carreiras;
- Isonomia salarial e de benefícios, como vale-alimentação dos servidores do Executivo equiparado com os benefícios do Judiciário e Legislativo. Restauração imediata da paridade entre ativos e inativos
- Não às "gratificações de desempenho" individuais;
- Reintegração dos anistiados - Lei 8.878 e Decreto 6.077/07;
- Lutar pela implementação do Programa Saúde do Trabalhador;
- Aumento da verba destinada aos planos de saúde;
- Contra o assédio moral no local de trabalho;
- Defesa do irrestrito direito de greve: auto-regulamentação das greves pelos próprios trabalhadores e seus sindicatos
- Luta pelo pagamento de insalubridade e periculosidade para os servidores que trabalham nas áreas de riscos;
- Pela revogação da lei que acabou com a licença prêmio no serviço público federal;
- Pela regulamentação da aposentadoria especial do serviço público federal;
- Incorporação da indenização de campo dos servidores da FUNASA;
- Defesa do serviço público;
- Retirada do PLP 01/07 (congelamento por dez anos);
- Retirada do PLP 92/07 (fundações estatais-privadas);
- Arquivamento do PLP 248/98 que regulamenta a demissão de servidores por insuficiência de desempenho;
- Contratação exclusivamente mediante concurso público;
- Revogação da "Lei de Responsabilidade Fiscal";
- Contra a precarização: terceirização, consultorias, convênios;
- Fim das nomeações de "DAS" de livre provimento (cumprimento do Decreto 5.497/05 e da súmula do STF);
- Restabelecimento do Regime Jurídico Único baseado na Lei 8.112;
- Não às privatizações e Parcerias Público-Privadas (PPPs);
- Retorno imediato dos servidores das DRT's que se encontram submissos;

- Retorno das atividades de controle e combate de endemias para a Funasa e a suspensão dos convênios de cessão dos servidores para estados e municípios com as suas atividades a serem controladas pela Funasa;
- Defesa da Nação, da Classe Trabalhadora e da Democracia;
- Defesa da licença-maternidade, 13º salário, férias e todos os demais direitos inclusive os direitos constitucionais ameaçados pela contra-reforma trabalhista;
- Pela manutenção do veto presidencial à Emenda 3;
- Reforma Agrária: aprovação da proposta de alteração dos índices de produtividade, condições de crédito e assistência técnica para garantir a fixação dos assentados, com a garantia de todos os direitos (educação, saúde, formação profissional e gerencial da produção), que lhes conferem a verdadeira cidadania e ajuda a fixar a família na terra;
- Não à ALCA e Mercosul;
- Não ao "acordo do etanol" com Bush;
- Ruptura com a política ditada pelo FMI e Banco Mundial;
- Unidade da luta dos trabalhadores e povos em defesa da soberania nacional e contra qualquer intervenção imperialista na América do Sul ou qualquer outro país da região e do mundo;
- Retirada da CUT e demais entidades filiadas dos organismos tripartites organizados para excluir direitos (inclusive os chamados "conselhos participativos");
- Reestatização das ferrovias, rodovias, e empresas privatizadas;
- Anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce e reestatização já;
- Contra a "independência" do Banco Central: por uma política monetária e de crédito a serviço da população e do desenvolvimento econômico e não dos banqueiros;
- Pela demarcação e proteção das terras indígenas;
- Pela desapropriação e demarcação das terras dos quilombolas;
- Defesa da paz, da democracia e da autonomia de todos os povos;
- Contra a intervenção dos Estados Unidos no Iraque;
- Solidariedade ao povo palestino, pugnando por uma Palestina laica e democrática;
- Contra todo tipo de discriminação, preconceito e racismo;
- Pelo reconhecimento das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) já ratificadas, e pela ratificação de outras que venha beneficiar os trabalhadores em geral.

## Informe aos servidores

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) informa, que conforme consta no estatuto de gestão passada, ficou mantido para este ano o desconto de 1% sobre a remuneração bruta do 13º salário, excluindo o imposto de renda e o INSS.

Ficou reiterado no último Congresso que a contribuição mensal devida pelos filiados do Sindsep-MT será de 1% sobre a remuneração bruta do servidor, inclusive sobre a gratificação de Natal (13º salário). O texto consta no capítulo dois, artigo oito, no segundo parágrafo do Estatuto do sindicato.

Uma nova revisão desse percentual só poderá ser feita na realização do próximo Congresso.